

MAR, AREIA E SENSIBILIDADE AMBIENTAL: PRIMEIROS APONTAMENTOS SOBRE A INVENÇÃO DA PAISAGEM NA PRAIA DO CASSINO – RIO GRANDE (RS)

Felipe Nóbrega Ferreira¹

José Vicente de Freitas²

Resumo: Valendo-se do cenário costeiro do Rio Grande do Sul apresentamos uma proposta junto ao campo da Educação Ambiental a partir da representação da paisagem, tendo como recorte a Praia do Cassino - localizada na cidade de Rio Grande. Elencamos inflexões históricas que levam em consideração impactos ambientais nessa praia, elaborando um esforço interpretativo que visa a criação de uma síntese dos tensionamentos, bem como as projeções de sensibilidades e práticas socioambientais que emergem dessa relação entre homem e natureza. Percebemos, assim, que uma praia é inventada, praticada e suas representações iconográficas servem como vias de acesso a novas problematizações possíveis no campo da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Litoral. Representação da paisagem. Educação Ambiental

¹Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: ffnobrega@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: jvfreitas45@hotmail.com.
Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

Introdução

Apresentamos o seguinte cenário de praia junto à faixa costeira do Estado do Rio Grande do Sul: em nossa frente a linha de um horizonte que separa o que é céu do que é mar; de um dos lados o traçado de pedras irrompe enquanto barreira criada pelos homens para dividir o que é o oceano do que é canal de acesso à estrutura portuária; do outro lado a carcaça de um antigo navio encalhado. Por fim, ao fundo, um cordão de dunas divide a areia do asfalto.

Com essa perspectiva panorâmica, que se estende para além do limite do olhar humano, o que está em jogo é a elaboração de uma paisagem. Assim, essa faixa costeira passa a ganhar itens a serem vistos, lembrados e incorporados no âmbito de sua dinâmica ecossistêmica local.

No presente artigo investimos, então, num estudo acerca da relação natureza-cultura nesse espaço denominado Balneário Cassino, situado no município de Rio Grande (RS), extremo meridional brasileiro. Para tanto, levamos em consideração a invenção de uma paisagem de praia³, a qual abriga o trecho que vai dos Molhes da Barra do Rio Grande, até o navio de carga Altair, objeto de um sinistro em 1976.

Nesse percurso, pontos de inflexão organizam tal paisagem de acordo com as maneiras de apreender, historicamente, esse ambiente. O que nos leva ao entendimento que percebe no esforço interpretativo (CARVALHO, 2002) empreendido pelo educador ambiental uma forma de acesso sensível à elaboração dessa paisagem, buscando mapear não só a dinâmica/impacto de ocupação humana dessa natureza litorânea do Rio Grande do Sul, mas a possibilidade de uma nova síntese narrativa sobre esse território, levando em consideração, agora, as tensões socioambientais que se fazem presentes. E aqui lembramos das palavras de Isabel Cristina de Moura Carvalho:

A busca dos sentidos da ação humana que estão na origem dos processos socioambientais parece sintetizar bem o cerne do fazer interpretativo em educação ambiental. Ao evidenciar os sentidos culturais e políticos em processos de interação sociedade-natureza, o educador seria um intérprete das percepções – que também são, por sua vez – interpretações humanas no meio ambiente (CARVALHO, 2002, p. 31).

A mesma autora não deixa de dizer, logo em seguida, que esses sentidos instituem formas de relação com o meio ambiente, e por isso são passíveis de investigações de cunho interpretativo, como também frisa que esses “sentidos” se configuram dentro de determinadas comunidades humanas, e dentro de um tempo específico (CARVALHO, 2002, p. 32).

³ O conceito de praia, e sua invenção na modernidade, está diretamente relacionado ao entendimento de Alain Corbin (1989).

Apreender historicamente essas sensibilidades, problematizá-las à luz da contemporaneidade, exige, portanto, a busca de fontes que recuperam esses fragmentos de espaço-tempo (GUIMARÃES, PREVE, 2012).

Nesse sentido, apresentamos para esse estudo o suporte da fotografia, esse registro sensível que inventaria informações e dá a ver formas de organizar o mundo a partir das representações que projeta, visto que expõe a agência humana em sua relação com a natureza, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. A fotografia se coloca, então, como essa fonte iconográfica que pode dar clareza aos exercícios de problematização (MARTINEZ, 2011, p. 32), demonstrando tensionamentos que, nesse trabalho, serão investigados a partir de um repertório de fotos que começam em 1890, com a fundação do Balneário Cassino, e culminam em 1976, com o encalhe do Navio Altair.

Natureza e cultura: recortando regiões, encontrando paisagens

A percepção do mundo natural, a partir dos elementos que são dispostos para a sua composição, nada possui de natural (BOURDIEU, 2007). Pensar nesses termos torna possível perceber desde já que, uma paisagem se institui através daquilo que a compõe física (relevo, barreiras naturais e de manejo humano) e subjetivamente (memórias, representações, mitos, sensibilidades), mas também a partir de um jogo de lutas simbólicas dentro da sociedade.

Como aponta Pierre Bourdieu ao longo de seu ensaio crítico sobre a ideia de região (BOURDIEU, 2007, p. 108), os recortes regionais são produzidos dentro de gabinetes, atendendo a interesses que produzirão, igualmente, efeitos sociais. Pensar que “espaços naturais” muitas vezes resultam de um intenso manejo humano, da mesma forma que projetam escolhas de memórias e esquecimentos, confirma esse ponto de vista expressado pelo sociólogo francês⁴.

Para cada recorte regional vencedor, há uma paisagem que o institui. Logo, a inserção de uma alteridade capaz de acionar um “eu” e um “outro”, estabelecendo definições identitárias legitimadoras de determinadas visões sociais oriundas dessas escolhas, ou como expressa Bourdieu:

O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através de princípios de di-visão que, quando se impõe ao conjunto do grupo realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e a da identidade do grupo (BOURDIEU, 2007, p. 113).

⁴ Podemos citar as obras de Claudia Heynemann (1995), e de Paulo Assunção (2001), como estudos que estabelecem um diálogo com essa proposta crítica, e que aqui tomamos também como referências nessa área.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

No caso do Rio Grande do Sul é possível afirmar que existe uma região vencedora, logo, uma paisagem vencedora que articulou, e continua a articular, uma maneira de se reconhecer, e também ser reconhecida por “denominadores comuns” que envolvem a formação de figuras e personagens que representam “a região” e seus habitantes evocando uma relação homem-território” (MACIEL, 1994, p. 31). Sem esforço encontramos na região da campanha, e na figura do gaúcho, tanto a paisagem como a corporificação de uma representação vitoriosa.

Debate que é feito no campo da Antropologia desde meados da década de 1990, o que está em questão, para autores como Ruben Oliven (1992) e Maciel (1994) é a “invenção da sociedade gaúcha”⁵. Nesse caso, a partir de seus estudos, ambos evidenciaram as raízes e estratégias dessa invenção que forjou, a partir de escolhas políticas orientadas em um determinado tempo e espaço no Estado do Rio Grande do Sul, uma paisagem a ser articuladora de sentidos. Como bem aponta Oliven em recente artigo intitulado, não por acaso, Rio Grande do Sul: um só estado, várias culturas:

Apesar de sua grande diferenciação interna, o Rio Grande do Sul é, frequentemente, contraposta como um todo ao resto do país. Seus habitantes tendem a ser representados através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região da Campanha, localizada no sudoeste do estado e fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai (OLIVEN, 2010, p. 15).

Reconhecer essa paisagem vitoriosa no campo das lutas simbólicas, desse “natural” que nada tem de natural, como propõe Pierre Bourdieu, é o primeiro passo para uma compreensão acerca dos poucos estudos voltados ao território costeiro na área das ciências humanas (FERREIRA, 2012) ao longo das últimas décadas. A existência de trabalhos dispersos, e pontuais⁶, que levem em consideração as tensões socioambientais, o manejo humano e a historicidade das práticas nesse território, parece fazer eco ao entendimento de região exposto acima, e por extensão, paisagem a ser vista quando tratamos de um Estado que faz da campanha, do gaúcho e, por consequência, do frio,

⁵ Esse é o título do texto de Sandra Pesavento (1993), no qual ela sintetiza, justamente, o arcabouço que está sendo construído no início da década de 1990 sobre o tema.

⁶ Aqui cabe ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA), que trata-se de uma ONG com mais de trinta anos promovendo atividades de conscientização, monitoramentos e pesquisas junto a faixa costeira da Região Sul do Estado. Para conhecimento maior, acesse esse link: <http://www.nema-rs.org.br/>. Também merece citação a produção bibliográfica do professor Ulrich Seeliger da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que no campo das ciências naturais produziu vasta obra ligada à temática costeira.

uma identidade capaz de obliterar outras vias de acesso identitário ao Estado do Rio Grande do Sul.

A postura crítica e, mais do que isso, propositiva no que diz respeito à constituição de uma nova síntese narrativa desse território que homogeneizou identidades/culturas a partir de uma paisagem vencedora, nos leva direto para uma das premissas básicas presentes no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: “A Educação Ambiental não é neutra, mas é ideológica”. Nesses termos, a elaboração de um esforço interpretativo (CARVALHO, 2002) levando em consideração o litoral enquanto articulador de sentidos socioambientais não seria, portanto, uma postura política de orientação crítica?

Trazer à tona a paisagem litorânea a partir dessa premissa faz com que se busque um novo arranjo para a busca de inteligibilidade no que diz respeito, por exemplo, a forma como concebemos as noções de natureza e cultura. E aqui remetemos as palavras de Marcos Reigota em sua conceituação de meio ambiente:

Um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2001, p. 21).

Ao apresentar uma intersecção dinâmica e permanente entre natureza e cultura surgiria um enquadramento histórico diferenciado, e que precisa ser levado em consideração pelo acúmulo de experiências que institui. A questão seguinte é como operar isso na construção do conhecimento dentro do campo da Educação Ambiental, e tornar essa complexidade, essas “relações dinâmicas”, o caminho para uma nova abordagem narrativa.

De uma forma crítica, e sinalizando para a inserção dentro do próprio campo da EA, Steil e Carvalho apontam para uma concepção de epistemologias ecológicas. Essas visam superar uma divisão ontológica que isolou o ser humano do ambiente, fazendo-nos acreditar que habitávamos a cultura enquanto um domínio independente e oposto à natureza (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 170).

Nessa leitura, não estamos mais diante de uma oposição, em que a visão antropocêntrica prevalece e possibilita uma dualidade que pretende fazer das representações um manifesto dessa própria superioridade ao elaborá-las enquanto forças que pairam acima do mundo objetivo, elas agora partem, nas palavras dos autores: “*de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo de conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matérias e às coisas*” (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 164). Assim: “*A mente deixa de ser compreendida como*

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

uma máquina produtora de representações e se torna fundamentalmente uma mediação relacional com o mundo” (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 164).

Pensar os conceitos de Natureza e Cultura a partir de uma epistemologia ecológica é deixar de lado uma apropriação do ambiente tão somente pela mediação da cultura, mas de reconhecer a singularidade das perspectivas da diversidade de organismos no seu habitar o mundo (STEIL; CARVALHO, 2007). Operar os conceitos dessa forma nos levaria, assim, ao alcance de uma sensibilidade ecológica, que antes de hierarquizar o natural e o cultural, intersecciona de forma dinâmica esses elementos que se dão a ver na mediação que os sujeitos estabelecem e projetam no mundo a partir dos mais variados suportes.

Quando pensamos no litoral enquanto cenário a ser explorado no âmbito dessa paisagem que intersecciona natureza e cultura, o que propomos, então, é um primeiro exercício interpretativo de possíveis pontos de inflexão dessa dinâmica que se estabeleceu ao longo do século XX, e forjou uma paisagem que hoje é reconhecida como praia do Cassino. Compreender sua historicidade, encontrar as sensibilidades ecológicas engajadas nesse processo, bem como projetar uma narrativa para esse território é o que passamos a construir a partir de agora.

Com os pés na areia



Figura 1: Vista balnear – Irmãos Fontana, 1890.

Fonte: Bibliotheca Riograndense.

Os registros iniciais da praia do Cassino foram apreendidos pelas lentes dos Irmãos Fontana, quando esses foram contratados pelo proprietário do primeiro balneário planejado brasileiro, em 1890 (Figura 1). O nome ainda não era Cassino, mas sim Villa Sequeira, em alusão ao dono do local, Antônio

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

Candido de Sequeira, que em 1884 adquiriu os direitos de exploração férrea e territorial dessa localidade no Distrito da Mangueira - área litorânea da cidade de Rio Grande (FERREIRA, 2012).

Contratados para a elaboração de uma série de postais que integrariam um catálogo para esse novo empreendimento, servindo ao propósito de divulgação do mesmo, os Fontanas acabam por evidenciar a invenção dessa praia em fins dos oitocentos. Ao percebermos a construção de camarotes e cabines de banhos aos moldes europeus, a ação antrópica se faz presente na materialidade desses elementos que, além de reivindicar a modernidade mimetizada, forja uma paisagem que enquadra o espaço natural, dotando-o de sentidos específicos.

A praia, então, é o que está inserido dentro desse perímetro dos camarotes e das cabines. A natureza litorânea é enquadrada pelo olhar, pela fotografia que, agora, opera como um suporte sensível do que é uma “praia”. E, nesse caso, estar na praia é estar dentro dessa paisagem hierarquizada enquanto produção cultural humana, pois dá a ver tanto uma escolha geográfica orientada do ponto a ser utilizada, como também a possibilidade do controle social a partir do ver e ser visto – estratégia presente na constituição histórica das praias ocidentais (CORBIN, 1989).

Se a costa planejada para banhos delimitava uma paisagem a partir dos esforços de um empreendimento específico, a invenção banhear, as transformações nesse mesmo território logo se fariam sentir em função, também, de uma readequação das instalações portuárias da cidade. Com movimentação de cargas desde meados do século XIX, e com a primeira dragagem em 1824, a navegabilidade do canal de acesso ao porto sempre foi baseada numa constante tensão com a natureza estuarina, essa zona de contato entre a Lagoa dos Patos e o oceano, a qual se caracteriza pela variabilidade dos parâmetros oceanográficos (temperatura, salinidade, correntes, etc.), ora característicos do ambiente marinho, ora do ambiente lacustre (TORRES, 2011, p. 28).

Os “traíçoeiros bancos de areia submersos, cuja posição e profundidade variavam de acordo com as condições hidrográficas e meteorológicas reinantes” (TORRES, 2011, p. 63), geraram décadas de insegurança, legando esse acesso portuário a alcunha de “boca do diabo”⁷ dado a recorrência de sinistros, uma obra de engenharia náutica ousada seria levada a cabo pela Província do Rio Grande do Sul.

Assim, em 1883, a pedido da administração imperial brasileira instituiu-se uma Comissão de Melhoramentos da Barra e do Porto do Rio Grande. A

⁷ Torres (2011), a partir de dados do engenheiro Honório Bicalho, apresenta as informações colhidas pelo engenheiro Honório Bicalho: fins do século XVIII mais de quatro metros; em 1848, 3,60 metros; em 1866 o calado chegou a 3,50m; em 1875, 3,20m; sendo que o assoreamento fez com que, em 1875 fossem detectados 2,70m de profundidade no canal de acesso portuário.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

partir de estudos realizados no período, a proposição seria alcançar o melhor formato para a criação de um “quebra mares”, ou molhes – estruturas de proteção costeira, feitas comumente de pedras, utilizadas para diminuir o impacto e a energia hidrodinâmica das ondas e correntes (Figura 2).



Figura 2: Construção do Molhe Oeste, 1904.

Fonte: Bibliotheca Riograndense.

Somente depois de interrupções de ordem política e econômicas que, no dia primeiro de março de 1915 seria inaugurada tal obra:

concluiu-se o molhe oeste, localizado no município de Rio Grande, numa extensão total de 4.012 metros, além de 288 metros submersos em forma de dique submarino (...) os braços de pedra tinham em média três metros de altura acima do nível do mar⁸ (MARTINS, 2006, p. 134).

A natureza estuarina, agora, passava pelo impacto de uma barreira de pedras dividindo o que é lagoa do que é oceano, o olhar humano, da mesma forma, apreendia uma nova paisagem. A praia, antes aberta, passava a compreender uma moldura litorânea, a qual projetava um limite da paisagem, onde a natureza foi transformada a partir de premissas econômicas muito claras, o fluxo de movimentação portuária que reverteria em dividendos significativos aos cofres públicos no início do século XX.

⁸ Cabe evidenciar que tal iniciativa também efetivou a construção de um molhe (leste) localizado no município de São Jose do Norte, o qual possuía 3.940 metros de comprimento e uma extensão de dique submarino de 360 metros

Se antes a navegação era perigosa, dado a alta quantidade de sedimentos depositos pelo fluxo lento das águas da Lagoa dos Patos em direção ao Oceano Atlântico, agora o problema estava resolvido, mas com uma consequência, o impacto evidente desse ecossistema costeiro (SELLIGER, 2010, p. 12). Nas palavras de Seeliger: *“a centenária e contínua interferência humana tem gradativamente alterado tanto a área, como a profundidade e a circulação do estuário inferior”* (SEELIGER, 2010, p. 13).

Somado a isso, o crescimento demográfico ao redor da Lagoa dos Patos resultou em quantidades crescentes de nutrientes. E, tal situação, teria levado a um processo de eutrofização que deteriora a própria água do estuário (SEELIGER 2010, p. 13).

Não seria esse um exemplo de como são criadas intersecções entre natureza e cultura a partir de referenciais sociais específicos, portadores de sensibilidades que incluem ou excluem a perspectiva ambiental dentro da vida cotidiana? Logo, não seria viável reconstituir essa trama de impactos ambientais a partir desse tipo de informação apresentada acima?

Na década de 1920 os sons da praia mudam. Não há somente o ribombo, a conversa, ou até mesmo o assobio do vento costeiro, agora se agrega a esse litoral o som automotivo, o barulho dos motores de veículos que não só passam a integrar a paisagem, como tratam de expandi-la e, da mesma forma, impactá-la. Em última instância, poderíamos dizer que, também, esses mesmos veículos criaram uma cultura de uso da costa específica.

No dia 10 de fevereiro de 1927 uma notícia⁹ no periódico local anunciava o percurso e o regulamento de uma corrida de carros na beira da praia – agora já chamada de Praia do Casino¹⁰. Assim como presente em competições, os veículos agora surgiam em fotos familiares à beira-mar (Figura 3), integrando esse cenário de praia enquanto componente imbuído de sentidos modernos a qual Nicolau Sevcenko viria a classificar como uma vertigem coletiva da ação e da velocidade (SVECENKO, 1992, p. 162).

Conectando a inserção do carro no contexto brasileiro após a Primeira Grande Guerra Mundial, o autor associa a modernidade emergente no país a um ritmo que encontra no carro um referencial essencial para um corpo que, também, passava a ser encarado enquanto máquina, e fazia do esporte a arena para engajar-se como tal. E, sem nenhum tipo de reflexão sobre as consequências disso, segundo o autor, *“as novas formas de energia ampliavam o tempo sem parar, na proporção inversa em que encurtavam os espaços”* (SEVCENKO, 1992, p. 162).

⁹ ECHO DO SUL, 10 de fevereiro de 1927.

¹⁰ Não mais sendo posse de Antonio Candido de Sequeira, a praia foi renomeada primeiro por iniciativa popular, já que passou a ser associada aos jogos que ocorriam no interior do principal hotel local. Em seguida a própria municipalidade passou a utilizar esse nome oficialmente – que possui a grafia com apenas um “S” em função de uma referência a palavra em italiano, somente na década de 1950 passou-se a usar o segundo “S”.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.



Figura 3: Praia do Cassino, década de 1930.

Fonte: Bibliotheca Riograndense.

Para um corpo máquina, que agora, como já podemos ver na imagem acima, está exposto, com braços, pernas e parte do peito já aberto, outra máquina, o carro. A junção ideal de uma tonificação social que precisa engajar-se nos mais variados espaços, e que faz da praia um palco ideal para a inserção dessas sensibilidades modernas que projetam escolhas, mediações dos sujeitos com o mundo natural e social. Ainda, a expansão da paisagem é evidente quando, ao utilizar o veículo, os sujeitos podem locomover-se num território para além do olhar.

Uma outra natureza, ainda não manejada, passa a fazer parte da praia do Cassino, da mesma forma que a distinção social a partir da distância também passa a fazer parte dessa paisagem a ser praticada. Se o uso para os banhos se concentrava na área perpendicular à avenida central que leva até a beira-mar, agora é possível ampliar esse perímetro com o advento do carro, que gera novas formas de sociabilidade costeira.

Por certo que esse tipo de atividade, ou mesmo percepção, é privilegiada quando se observa tão somente para o período de veraneio, no que se chama de alta temporada. Porém, a utilização de carros na beira da praia do Cassino passou a ser de uso corrente, independente da estação do ano, criando mesmo uma cultura de participação dos veículos nessa paisagem. Formaram-se assim três linhas costeiras: a beira-mar, que tem seu limite na formação de um cordão de veículos alinhados de forma paralela ao mar, criando a área de recreação entre os carros e a água; a automotiva, que diz respeito a linha entre os carros e o cordão de dunas, formando uma área de trânsito; as dunas costeiras que projetam o limite com a parte habitacional do balneário.

O impacto dessa nova formatação de praia, desse arranjo natural e social que faz uso dos veículos automotores, já foi destacado em uma série de

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

trabalhos preocupados com o impacto ambiental que está sendo gerado de maneira ininterrupta nessa que é uma praia arenosa, e que abriga uma fauna abundante e variada, mas que passa despercebida pelas pessoas já que seus componentes encontram-se ‘tipicamente ocultos na areia ou expostos ao ar apenas durante os períodos de baixa do mar’ (LOPES; CHAVES; MARTINS; VIEIRA, 2007, p. 1).

Excursões vindas de outras cidades, de forma rotineira, estacionavam, também, os veículos de médio e grande porte junto a esse cordão à beira-mar. Poderíamos pensar aqui já nos termos de uma mobilidade urbana que se estabeleceu ao longo da costa, paralelamente ao mar, o que faz com que pesquisadores cheguem a destacar sobre a praia do Cassino: “apresenta, provavelmente, a faixa de praia mais impactada por veículos do mundo” (LOPES; CHAVES; MARTINS; VIEIRA, 2007, p. 1).

O ofício da pesca, a figura do pescador, é parte importante de uma história balnear, a qual vai muito além de temporadas de verão. O inverno, o frio que se abate na praia é enfrentado por esses sujeitos, que no Cassino estavam conectados a redes de trabalho ligadas a pesca oceânica, as quais eram chamadas popularmente de “parelhas de pesca”¹¹ (Figura 4). Segundo o estudo de Gustavo Freitas, existia uma maleabilidade no número de parelhas dentro do balneário durante as décadas de 1960/1970, porém, o significativo apontado por ele seria a “mobilização de grandes proporções” que esse trabalho parecia projetar (FREITAS, 2014, p. 86).



Figura 4: Pesca na praia do Cassino, 1968.
Fonte: Acervo pessoal de Maria Amélia Estima.

¹¹ O período indicado para essa atividade se concentrava entre os meses de maio e dezembro. Sendo que no período de verão o trabalho das parelhas poderia ser feito nas imediações do navio Altair, não produzindo impacto no veraneio. (FREITAS, 2014, p. 88)

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

Além do estudo de Freitas (2014), poucos trabalhos informam sobre essa prática. O que nos leva a questionar: Não há histórias de pescadores nessa praia?

Por certo que sim, basta olhar a imagem acima para perceber a interação singular desses sujeitos com o mar e, portanto, com essa natureza que, ao contrário do imaginário de verão em que foi inserida, para eles é fonte de trabalho¹². Porém, não seria o caso de se perguntar dos motivos desse silêncio?

A pose, o clique, a representação corporificada na praia lotada. O registro familiar e afetivo está desenhado nessa imagem que passa a ser recorrente para o cenário costeiro de sociabilidade (Figura 5). Lotada, os guarda-sóis passam a ocupar o espaço que antes pertencia às cabines e barracas de banho, e a bicicleta já aparece riscando a areia. Menos potente que um carro, e de acesso popular, esse tipo veículo traz o alcance de paisagens a serem praticadas por um maior número de pessoas, assim, a extensão de praia aumenta no âmbito do uso e das representações que se constituem no Cassino.



Figura 5: Praia do Cassino, 1972
Fonte: Acervo pessoal de Maria Amélia Estima

¹² Cabe destacar a recente publicação sobre o tema das comunidades pesqueira intitulada “Povos e coletivos pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar” (ADOMILLI; D’AMBROSIO; CARREÑO; MILLER, 2012), a qual aborda essa relação dos sujeitos com o território costeiro a partir do ofício que desenvolvem, além de outros temas correlatos.

Nesse nosso percurso interpretativo cabe um pequeno parágrafo sobre a iniciativa do executivo municipal presente na Figura 6. Trata-se do Terminal Turístico da praia do Cassino, efetivado no final da década de 1970 com a intenção de ser um paradoro de ônibus e, ainda, oferecer serviços de restaurante e camping. Encerrou suas atividades em 1989, por motivos que vão de baixa lucratividade até a falta de manutenção que sanasse a movimentação do cordão de dunas, em um ato que pode ser encarado como consequência (esperada) da relação dos sujeitos com o meio ambiente, quando antropocentrismo emerge com toda sua força na ação cotidiana dentro dessa permanente dinâmica de intersecções entre natureza e cultura.



Figura 6: Terminal turístico, década de 1985.
Fonte: Acervo pessoal de Maria Amélia Estima.

Cerca de 12 km ao Sul, em 09 de junho de 1976, ocorria o encalhe do navio Altair na praia do Cassino. Não resistindo a tempestades, o graneleiro com carga de quase cinco mil toneladas de trigo vindos da Argentina, com destino ao Estado do Rio Grande do Norte, acabou encalhando na costa e perdendo a totalidade dos produtos que transportava (Figura 7).

Demarcado por inúmeras elaborações no âmbito das representações enquanto ponto turístico do município, a permanência física da embarcação ao longo dos anos forjou o que consideramos como “limite de paisagem” daquilo que é reconhecido como praia do Cassino.

Mesmo que exista quilometragem de praia adiante desse ponto, a qual ainda é considerada pela municipalidade como integrante do que se concebe por praia do Cassino, parece que uma barreira foi elaborada no campo das representações costeiras. Fora desse esquadro, por exemplo, ficam os faróis

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

do Albardão e Sarita, que correspondem a estruturas físicas mais antigas, datando de 1909.

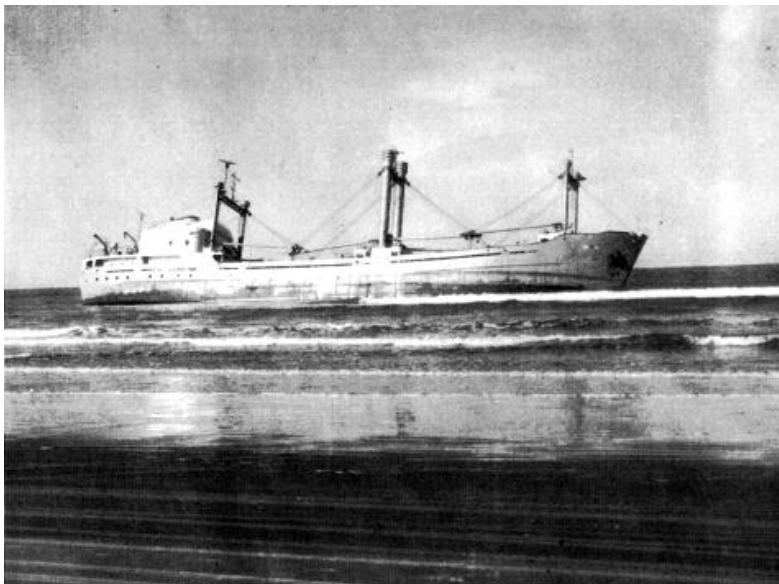


Figura 7: Encalho do navio Altair, 1976
Fonte: Acervo pessoal de Maria Amélia Estima

Ainda, é interessante perceber que os limites dessa paisagem representem a segurança marítima, e um acidente causado por essas mesmas águas. A engenharia naval que se sobrepõem à natureza e reorganiza a dinâmica ecossistêmica de toda uma região, e o fracasso do homem frente a essas mesmas águas – polos de uma intersecção sensível entre natureza e cultura.

Uma breve proposta de síntese

Como aponta Simon Schama, os modos de olhar possibilitam redescobrir elementos que nos circundam e projetam sentidos no mundo (SCHAMA, 1996, p. 24). Porém, é preciso, primeiro, olhar.

E quando falamos isso lembramos da trama histórica de obliteração do litoral do Rio Grande do Sul em prol de uma representação a qual legou ao Estado, e aos seus habitantes, uma representação vencedora baseada numa região e num tipo de ideal. E nesse estereótipo, fomentado muitas vezes, ainda hoje, sem a criticidade devida, parece não caber o litoral, muito menos uma praia de banhos, esse lugar que se associa ao calor, aos corpos expostos; não cabe também o ecossistema costeiro como portador de sensibilidades constituídas a partir de uma dinâmica socioambiental própria, o horizonte azul não interessa, somente o verde.

O esforço aqui, o qual classificamos como interpretativo junto ao campo da Educação Ambiental, foi trazer a tona as possibilidades de uma nova síntese sobre esse território de praia a partir de um conjunto ainda parcial de

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

inflexões entre natureza e cultura nessa praia, considerando que, para cada uma dessas, existem possibilidades de abordagem narrativa ecológica. No bojo desse exercício emergiriam as sensibilidades ambientais, que nesse artigo verificamos através de suportes visuais que forjaram representações de paisagem, que nada mais são que enquadramentos que revelam àquelas mediações relacionais dos sujeitos com o mundo.

Por fim, quem sabe agora, retornamos até àquele cenário panorâmico de praia. De pé, com os pés na areia, perguntamos: estamos diante da mesma praia do Cassino que iniciou esse texto?

Bibliografia

ADOMILLI, G.; DÁMBROSIO, L.; CARREÑO, G.; MILLER, .F. **Povos e coletivos pesqueiros** – estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar. Rio Grande, Editora da FURG, 2012.

ASSUNÇÃO, P. **A terra dos brasis**: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas, 1549-1596. São Paulo. Annablume, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, I.C.M. **A invenção ecológica** – narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2002.

CORBIN, A. **O território do vazio**: a Praia no Imaginário Ocidental. São Paulo, Companhia. das Letras, 1989.

FERREIRA, F.N. Ao sul do sul o mar também é pampa - sensibilidades de verão na Villa Sequeira (1884-1892). **Dissertação**. (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2012.

FREITAS, G. Práticas de divertimento no Cassino/RS em meados do século XX: a produção de um outro espaço no encontro com os infames. **Tese**, (Doutorado em Educação e Ciências: Química da vida e saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2014.

GUIMARÃES, L.B.; PREVE, A.M. Fotografias e deslocamentos no ambiente: fugas em uma prática educativa. **Cadernos da ANPED SUL**, Caxias do Sul 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/410/835>

HEYNEMANN, C. **Floresta da Tijuca** – natureza e civilização. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 4: 88-103, 2017.

LOPES, M.N; CHAVES, P; SAN MARTINS, L; VIEIRA, H. Estudo do impacto ambiental sobre a biodiversidade da praia do Cassino causado por veículos automotores. Caxambu, **Anais** do VII Congresso de Ecologia do Brasil, 2007.

MARTINEZ, P.H. História Ambiental, um olhar prospectivo. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, V. 24, n 1, jan/jun 2011, p. 23-36.

MARTINS, S.F. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e Urbanidade (1873/1990)**. Rio Grande, Editora da FURG, 2006.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?**. São Paulo, Brasiliense, 2001.

SCHAMA, S. **Paisagem e História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C. **O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações**. Rio Grande, FURG, 2010.

SEVCENKO, N. **Orfeu Extático na Metrópole** – São Paulo Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. Cia das letras, São Paulo, 1992.

STEIL, C.; CARVALHO, I.C.M. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana** – estudos de antropologia social. Rio de Janeiro. Vol. 20, n. 1, (abril de 2014), p. 163-183.

TORRES, R. ... e a modernidade veio a bordo: arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade de Rio Grande/RS. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio, UFPel, 2010.